

Invisibilidades: suicídio de pessoas trans e políticas públicas

Elizabete Franco Cruz¹¹

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre suicídio de pessoas trans e políticas públicas. Para atingir esta propositura traço um pequeno panorama da questão e depois observo sua articulação com as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para saúde da população LGBT e para o suicídio.

No Brasil, segundo dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, entre os anos de 2007 e 2015 foram registrados 55.649 óbitos por suicídio (BRASIL, 2017). Ainda segundo o mesmo Boletim, quando consideramos a população em geral o risco de suicídio é aproximadamente quatro vezes maior em pessoas do sexo masculino do que em pessoas do sexo feminino.

Cabe destacar que no Brasil há subnotificação em diferentes agravos, e no caso do suicídio não é diferente. Fichas de notificação não são preenchidas, ou são preenchidas incorretamente, tanto em caso de suicídio como de tentativas de suicídio, o que dificulta chegarmos a informações mais precisas sobre a situação no país.

É importante mencionar que no Boletim Epidemiológico não foram consideradas como variáveis a identidade de gênero e a

¹¹ Docente do curso de Obstetrícia e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH/USP).

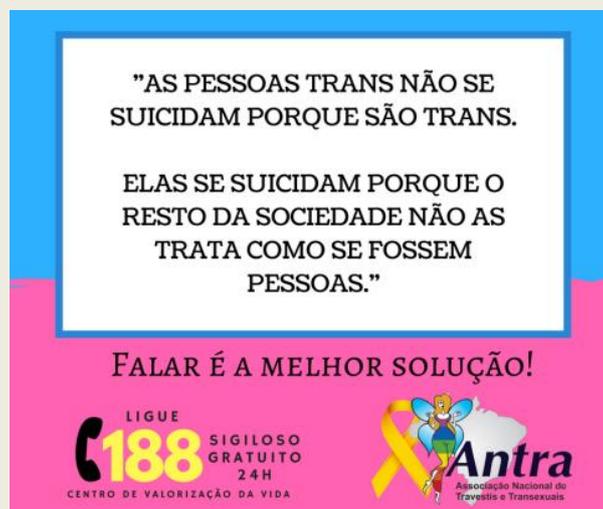
orientação sexual, o que dificulta que apresentemos dados referentes à população Trans.

Apesar da falta de dados e da pequena produção acadêmica sobre o tema, alguns estudos nos ajudam a perceber a matizes desta problemática na população trans. A pesquisa realizada por Correa et al. (2019) no Distrito Federal aponta que as condições de vida, especialmente a transfobia e a homofobia, estão associadas ao surgimento de maior propensão ao desenvolvimento de questões de saúde mental e ideação suicida entre pessoas trans.

Este destaque é importante porque algumas leituras teóricas (principalmente pautadas em modelo biomédico) costumam atribuir os fenômenos ligados à saúde mental e ao suicídio às condições psíquicas exclusivamente concebidas como individuais, como algo inerente à condição e subjetividade das pessoas, no caso que aqui discuto, das pessoas trans.

Do ponto de vista da psicologia social não é possível desconsiderar a trajetória de vida marcada por estigma, discriminação e violências como fatores que constituem a saúde e a subjetividade. A Associação Nacional de Travestis (ANTRA) tem uma campanha voltada à prevenção do suicídio que é representativa desta dimensão:

Figura 1. Campanha da Associação Nacional de Travestis (ANTRA)



Fonte: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

O argumento da ANTRA tem fundamento pois, como sabemos, grande parte da sociedade não trata as pessoas trans como se fossem pessoas e os dados estatísticos são reveladores desta situação. O Brasil é o país com maior índice de assassinatos de pessoas trans e apresenta ainda altos índices de violência contra a população LGBTQI+. Além disto, espaços como escolas, serviços de saúde, locais de trabalho são, com frequência, marcados por preconceito e isolamento.

O GGB, Grupo Gay da Bahia, realiza anualmente um levantamento sobre as violências que afetam grandemente a população LGBT. No Brasil, em 2019, 329 pessoas LGBT foram vítimas de mortes violentas. Deste total, 297 (90,3%) foram homicídios e 32 (9,8%) suicídios. Segundo a publicação, o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que o risco de um gay ser assassinado.

Quanto ao suicídio de LGBT no Brasil em 2019, dos 32 casos localizados nos meios de comunicação, 40,6% eram trans, 37,5% gays e 21,8% lésbicas. 26,3% dos suicidas tinham

menos de 20 anos, o mais jovem com 14 anos e com 44 o mais velho. (OLIVEIRA, 2019,p.17)

Um elemento importante é que não temos dados precisos. O estudo do GGB foi feito a partir de notícias de jornais, se tivéssemos efetiva notificação talvez encontrássemos números ainda maiores do que estes.

Além do suicídio, considerar a ideação suicida também é um importante indicador de saúde mental e de proteção à vida, especialmente quando pensamos que existe possibilidade de prevenção do suicídio. Um estudo realizado no Rio Grande do Norte com travestis e transexuais de quatro ONGs brasileiras demonstra que a ideação suicida neste grupo estava associada a variáveis como:

(..) níveis depressivos, violência no espaço escolar, expulsão do núcleo familiar, tentativa pregressa de suicídio e intensidade da vontade de morrer na última tentativa. Porém, no modelo ajustado, permaneceram a violência no espaço escolar e sintomatologia depressiva. (Silva et al. 2020,s/p.)

O mesmo estudo destaca a importância de que existam políticas de instituições estatais e sociais voltadas para ações de prevenção e sinaliza que a participação das ONGs foi elemento protetivo para o grupo estudado.

Diante do exposto até aqui, observa-se este tema merece atenção e que respostas comunitárias são importantes para a mudança deste quadro, mas precisamos principalmente de políticas públicas mais efetivas, tema que discuto a seguir.

Políticas Públicas, transexualidades e suicídio

Em 2013 o Ministério da Saúde lançou a Política integral de saúde LGBT. No que se refere à saúde, a política se propõe a:

Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença. (BRASIL, 2013, p.13)

Esta propositura é fundamental para considerar contextos sociais e culturais na produção dos processos que produzem saúde e doença. Como manter a saúde em um mundo absolutamente hostil?

Já no que se refere à saúde mental o tema aparece mencionado nos objetivos específicos

XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;

XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral; (BRASIL, 2013, p.21)

Sem dúvida, a existência da política LGBT foi um passo importante na garantia de direitos e cuidados, ainda que saibamos que existam desafios para sua implementação. Alguns destes desafios, por exemplo, foram analisados pelo estudo de Silva (2020) que conclui a presença de lacunas nos três níveis de atenção à saúde LGBT, envolvendo acesso, ações de promoção e vigilância, educação permanente e popular e avaliação. Ou seja, com relação às políticas LGBT é possível observarmos avanços e desafios, com pequena inclusão da questão da saúde mental e do suicídio.

No que concerne ao suicídio, a importância das políticas públicas voltadas para a prevenção do suicídio é mencionada por diversos autores (por ex. Marcolan e Silva (2019), Setti (2017), dentre outros).

Setti (2017) analisa que a dificuldade para o desenvolvimento de políticas passa por questões como tabu ao redor do tema, abordagem inadequada pela mídia, má capacitação dada aos profissionais de saúde e subnotificação dos casos.

Em 2019 foi assinada a Lei n. 13.819/2019 que institui a Política Nacional de Prevenção de Automutilação e do Suicídio no Brasil. É um marco legal bastante geral que abre a possibilidade para ações no território.

Dantas (2019) fez uma importante reflexão sobre esta lei no cenário atual das políticas de saúde. O autor mostra que temos ações importantes desde os anos 2000, como a produção de manuais voltados para atenção básica, educação, mídia e assinatura do pacto com a OMS para redução das taxas de suicídio em 10%. Contudo, o autor problematiza que o descrito na lei acima citada está inviabilizado pelas ações tomadas pelo governo em

outras políticas. Ele menciona a política de drogas e a política de saúde mental que se voltaram às perspectivas já ultrapassadas, como fortalecimento da ultraespecialização, modelo biomédico, perspectiva manicomial, retirada dos territórios e de espaços de socialização. Além disso, o autor aponta que as políticas que favorecem o acesso às armas de fogo também facilitam, ao invés de inibir, a possibilidade de suicídio.

O momento atual tem sido de fragilização das políticas públicas, especialmente de saúde. Os cuidados com a saúde, incluindo a saúde mental das pessoas trans e a prevenção do suicídio, têm sido mais objeto de preocupação das organizações da sociedade civil do que objeto de políticas consistentes desenvolvidas pelo Estado, especialmente neste contexto onde o SUS, um patrimônio nacional, sofre constantes ameaças e práticas de destruição e privatização.

Dar contorno ao invisível, ter olhar que registra a existência

Tentei até aqui mostrar que o suicídio de pessoas trans é uma importante questão que merece atenção da sociedade. Mostrar é uma boa palavra para me opor à invisibilidade. Invisibilidade de pessoas, que são mortas ou se matam, numa sociedade apegada às normas e às construções de saberes e poderes (especialmente biomédicos e jurídicos) que transforma a diferença em ameaça ou abjeção.

Precisamos dar contorno às presenças que são tidas como invisíveis.

Relevante que tenhamos políticas públicas, mas desafiador que as políticas LGBT incorporem com pouca ênfase o tema do

suicídio e que as políticas sobre suicídio praticamente ignorem a temática trans.

O cenário de vida das pessoas trans é hostil, nas famílias, nas escolas e nas ruas.

Elas resistem, obviamente, mas precisamos construir outras realidades.

No âmbito da construção e implementação de políticas que abordem este grave problema de saúde pública é importante que tenhamos uma perspectiva abrangente que envolva saúde, educação, seguridade social, trabalho, moradia e segurança pública. Tais políticas devem incluir, diretrizes, recursos e formação de profissionais para a estruturação de uma rede que efetive ações de cuidado, proteção e direitos humanos.

O convite deste breve texto é para que possamos produzir políticas públicas mas, além disto, uma sociedade em que as vidas das pessoas trans, deixem de ser o que Butler chamou de vidas precárias, vidas que não são passíveis de luto. Vidas trans, são sim, vidas que importam e vidas que ao se extinguirem deixam dor e marcas.

Em um de seus trabalhos, o psicanalista Winnicott (1975) apresenta um pequeno verso: “Quando olho, sou visto; logo existo. (...)” (WINNICOTT, 1975 p.180).

Que olhemos para pessoas trans com toda a dignidade e afeto que merecem, antes que sejam mortas, ou, antes que se matem diante de uma sociedade que as invisibiliza buscando sua inexistência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. | Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Volume 50 | Nº 15 | Jul. 2019.

BRASIL.Ministério da Saúde. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa.

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.32 p. : il.

BUTLER, Judith. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Contemporânea, 2011.

CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al . Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. J. bras. psiquiatr., Rio de Janeiro , v. 69, n. 1, p. 13-22, Jan. 2020 . disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100013&lng=en&nrm=iso. access on 26 Sept. 2020. Epub May 08, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000256>.

DANTAS, E.S..O. Prevenção do Suicídio no Brasil: como estamos? Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29(3), e290303, 2019.

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019.Presidência da República. Secretaria Geral, 2019.

MARCOLAN, João Fernando; SILVA, Daniel Augusto da. O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 31-44, sep. 2019.

ISSN 2525-3050. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9290>>. Acesso em: 30 oct. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.31-44>.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020

SILVA, G.W.S, Meira, K.C, Azevedo, D.M, Sena, R.C.F, Lins, S.L.F, Dantas, E.S.O, Miranda, F.A.N.. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais.. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Jan). [Citado em 26/09/2020]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-ideacao-suicida-entre-travestis-e-transexuais-assistidas-por-organizacoes-nao-governamentais/17489?id=17489>

SILVA, ACA, Alcântara AM, Oliveira DC, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface (Botucatu).2020; 24: e190568 <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>

SETTI, V. M. G. Políticas Públicas e prevenção do suicídio no Brasil. ÍANDÉ : Ciências e Humanidades, v. 1, n. 1, p. 104-113, 14 dez. 2017.

WINNICOTT, DONALD W.O brincar e a realidade. Rio de Janeiro:Imago,1975.